

Processo Seletivo de Monitoria 2024

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL II

PARÂMETRO DE CORREÇÃO

Questão 1) O reconhecimento fotográfico é válido como prova? Explique.

PARÂMETRO: O candidato deve identificar que o reconhecimento fotográfico é prova atípica; que o STJ vem exigindo a adoção do mesmo rito previsto para o reconhecimento pessoal; que o CNJ regulamentou o reconhecimento fotográfico (Resolução 484/2022), estabelecendo se tratar de prova irrepetível e, portanto, é válido como prova, desde que observados os requisitos do art. 226 do CPP e as exigências estabelecidas pela própria Resolução, que visam garantir um ato de reconhecimento não enviesado.

Questão 2) Considerando a natureza jurídica da delação premiada é possível a sua utilização para a perpetuação da competência jurisdicional do Juízo que homologou o acordo, em se tratando de fatos conexos ou continentais? Justifique.

PARÂMETRO: O candidato deve identificar que o ato de homologação da delação premiada não pode servir para fixação de competência para qualquer caso conexo ou continente, sob pena de ser estabelecido um juízo competente universal, passível de manipulação de violador da garantia do juiz natural – referência ao art. 4º da Lei nº 12.850 e aos artigos 76, 77, 78 e 79 do CPP.

Questão 3) Sobre a prisão preventiva, explique se ela tem prazo de duração.

PARÂMETRO: O candidato deve apontar para a falta de prazo legal de duração da prisão preventiva, mas para a obrigatoriedade de que o juiz faça

a revisão da necessidade de sua manutenção a cada 90 dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de se tornar ilegal, na forma do art. 316 do CPP. O STF decidiu que a prisão não se torna ilegal automaticamente, mas desde que o Ministério Público ou a parte legítima não formule pedido de manutenção após esse prazo.